

**HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA Nº 1.782 - US
(2018/0137295-3)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : S F H
ADVOGADO : EDILENE DOMINGOS DE SOUZA ARAUJO - MG149362
REQUERIDO : D P H

DECISÃO

S. F. H. requer a homologação de sentença de divórcio proferida pelo Tribunal de Primeira Instância de Suffolk, Massachusetts, Estados Unidos da América, em 28/10/2008.

O Ministério Público Federal opina pelo deferimento do pedido (fl. 93).

É o relatório. Decido.

Para ser homologada no Brasil, a sentença estrangeira deve reunir os seguintes requisitos: a) ter sido proferida por autoridade competente; b) ter sido precedida de citação regular, ainda que verificada a revelia; c) ser eficaz no país em que foi proferida; d) não ofender a coisa julgada brasileira; e) não conter manifesta ofensa à soberania nacional, à ordem pública, à dignidade da pessoa humana nem aos bons costumes (arts. 963 do CPC, 17 da LINDB e 216-C a 216-F do RISTJ); e f) estar acompanhada de tradução oficial e de chancela consular ou apostila, salvo disposição que as dispense prevista em tratado.

Os documentos necessários à pretensão foram devidamente apresentados. Consta dos autos a sentença estrangeira de divórcio (fl. 25), acompanhada de chancela consular (fl. 24) e traduzida por profissional juramentado no Brasil (fl. 7), bem como a comprovação do trânsito em julgado a dar eficácia à decisão (fl.25).

Ademais, a pretensão preenche os requisitos legais e regimentais.

Ante o exposto, **homologo o título judicial estrangeiro de divórcio.**

Expeça-se a carta de sentença.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

